



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Deputados que este subscrevem, com amparo no art. 41, § 2º, da Constituição do Estado, c/c o art. 197, caput, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, e considerando a ocorrência registrada no Município de Jaraguá do Sul, no dia 12 de setembro de 2026, envolvendo a candidata a suplente ao Senado Federal, advogada Fernanda Klitzke, e outras pessoas, durante a qual houve intervenção de policiais militares, com emprego de força física e de munição de impacto controlado; considerando as imagens e os relatos que passaram a circular publicamente acerca da abordagem policial e que suscitaram questionamentos quanto às circunstâncias, à necessidade e aos procedimentos adotados na utilização da força; considerando que a atuação dos agentes públicos deve observar os princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e na legislação vigente; considerando a competência do Poder Legislativo para fiscalizar os atos do Poder Executivo e acompanhar a atuação dos órgãos estaduais de segurança pública; considerando, ainda, a relevância dos mecanismos de controle e registro das ações policiais, inclusive por meio da utilização de câmeras corporais, requerem, após deliberação do Plenário, seja encaminhado ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comando - Geral da Polícia Militar, o seguinte **Pedido de Informação**:

1 – foi instaurado procedimento administrativo, sindicância, Inquérito Policial Militar (IPM) ou outro procedimento investigativo ou correcional para apurar a atuação dos policiais militares na ocorrência do dia 12 de setembro de 2026, no Município de Jaraguá do Sul, envolvendo Fernanda Klitzke e as demais pessoas presentes? Em caso afirmativo, qual é o número do procedimento, a autoridade responsável e o seu atual estágio de tramitação?

2 – quantos policiais militares participaram diretamente da ocorrência, quais unidades da Polícia Militar estavam envolvidas e qual era a respectiva cadeia de comando? Houve determinação de superior hierárquico para a abordagem, contenção ou utilização de munição de impacto controlado?

3 – quais foram as circunstâncias que antecederam a intervenção policial e quais os fundamentos legais e operacionais que orientaram a atuação dos agentes? A Polícia Militar dispõe de Procedimento Operacional Padrão (POP), protocolo ou outra normativa específica para atuação em manifestações, atos ou eventos de natureza política? Em caso afirmativo, encaminhar cópia do respectivo documento;

4 – os policiais militares envolvidos possuíam treinamento ou capacitação recente em técnicas de abordagem, uso diferenciado da força e emprego de munições de impacto controlado? Em caso afirmativo, informar a data e a natureza da capacitação realizada;

5 – qual foi a justificativa técnica e operacional para a utilização de força física e de munição de impacto controlado durante a ocorrência? Houve registro formal da utilização desses meios e da avaliação da necessidade e proporcionalidade da intervenção?

6 – foram realizados exames de corpo de delito, atendimentos médicos ou outros registros destinados a documentar eventuais lesões decorrentes da ocorrência? Em caso afirmativo, quais órgãos ou unidades realizaram os atendimentos e os respectivos registros foram incorporados ao procedimento de apuração?

7 – os policiais militares envolvidos utilizavam câmeras corporais no momento da ocorrência? Em caso afirmativo, as imagens foram integralmente preservadas e encontram-se disponíveis para eventual procedimento administrativo, disciplinar ou judicial? Em caso negativo, informar a razão da não utilização ou eventual interrupção do registro;

8 – qual é o atual estágio de implementação do sistema de câmeras corporais na Polícia Militar de Santa Catarina, indicando a quantidade de equipamentos disponíveis, a quantidade efetivamente em utilização e as unidades contempladas pelo sistema? Quais normas ou diretrizes regulamentam a obrigatoriedade de acionamento e utilização das câmeras corporais durante abordagens e ocorrências policiais?

9 – quais mecanismos de controle, supervisão, auditoria e orientação institucional são adotados pela Polícia Militar para assegurar que as abordagens e operações policiais sejam realizadas de forma técnica, impessoal e isonômica, independentemente de motivação, símbolos ou filiação política das pessoas envolvidas?

10 – quais providências formais foram adotadas pelo Governo do Estado e pelos órgãos competentes em relação ao atendimento de saúde e à proteção da integridade física das pessoas envolvidas na ocorrência, especialmente das mulheres atingidas?

11 – o Estado de Santa Catarina possui protocolo ou procedimento específico para o atendimento de mulheres vítimas de violência praticada por agentes públicos? Em caso afirmativo, encaminhar cópia da normativa e informar quais órgãos são responsáveis pelo atendimento e pelo encaminhamento das denúncias.

Sala das Sessões

Deputado Fabiano da Luz
Líder da Bancada do PT

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Neodi Saretta

Deputado Padre Pedro Baldissera



ELEGIS
Sistema de Processo
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Fabiano da Luz**, em 15/09/2026, às 18:22.



ELEGIS
Sistema de Processo
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Luciane Maria Carminatti**, em 15/09/2026, às 19:00.



ELEGIS
Sistema de Processo
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Neodi Saretta**, em
16/09/2026, às 09:05.



ELEGIS
Sistema de Processo
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Padre Pedro
Baldissera**, em 15/09/2026, às 18:32.
